

DIPLOMACIA AUTÔNOMA

ENTREVISTA O ex-deputado **Afonso Arinos** traduz o que é ter posição independente



A MAURICIO DIAS

Diplomata aposentado e ex-deputado, Afonso Arinos de Melo Franco Filho, aos 76 anos, mantém um orgulho in-

disfarçável, controlado com prudente elegância, quando fala do pai, o ex-chanceler Afonso Arinos de Melo Franco, que comandou o Itamaraty, em 1961, durante sete meses. Esse o tempo transcorrido entre a posse e a renúncia do presidente Jânio Quadros. Nesse período curto de trabalho, Arinos marcou a política externa brasileira com uma posição irredutível contra o colonialismo, rompeu com o alinhamento submisso aos Estados Unidos e aproximou o Brasil do bloco das nações não-alinhadas.

"Esse é um legado de Afonso Arinos", observa Afonso Arinos Filho, que acaba de lançar o livro *Mirante* (ver à pág. 29) onde resgata parte da história da "Política Externa Independente" batizada assim, segundo ele, por San Tiago Dantas, que durante o governo João Goulart manteve o Ministério das Relações Exteriores nessa linha de ação política, interrompida, no entanto, pelo golpe militar de março de 1964.

Arinos Filho, ocupante da cadeira número 17 da Academia Brasileira de Letras, serviu nos Estados Unidos, Itália, Bélgica, Áustria, Holanda, Suíça, Portugal, Bolívia e Venezuela. Foi embaixador do Brasil em Caracas, no Vaticano, em Haia e La Paz.

A experiência na Bolívia o marcou. A miséria de um lado e os sucessivos golpes militares de outro. Nesses momentos, o passado que invade a memória de Arinos Filho o deixa cara a cara com a Bolívia do

presente, de Evo Morales. Ele, então, produz a interrogação que sintetiza de forma original a "diplomacia independente" retomada no governo Lula. Arinos Filho pergunta: "Se o petróleo é nosso, por que o gás não é deles?"

CartaCapitaí: Uma das marcas da *política externa brasileira foi dada por seu pai, Afonso Arinos, no governo Jânio Quadros, em 1961. O que efetivamente significa isso?*

Afonso Arinos: A Política Externa Independente quem realmente a lançou no Itamaraty foi meu pai. Mas ele não gostava do nome. O San Tiago Dantas continuou. O San Tiago tem um livro chamado *Política Externa Independente*. Eu tenho um livro chamado *Diplomacia Independente*, que meu pai pretendia fazer e não fez.

CC: O que distingue uma coisa da outra?
AA: São essencialmente iguais. Mas a política externa pressupõe, sempre, diálogo com alguém. Pode haver, sim, uma diplomacia independente. É preciso, por exemplo, negociar com os Estados Unidos, mas o chanceler do Brasil não pode estar fazendo o que o embaixador americano em Brasília ou o secretário de Estado dos Estados Unidos acha que o embaixador brasileiro tem de fazer.

Tem de haver diálogo. As relações se dão por negociação. O que aconteceu nas gestões de Afonso Arinos e de San Tiago Dantas é que nunca o embaixador americano chegava à sala do ministro e dizia o que se ia ou não fazer.

CC: *Essa é prática?*

AA: Entrei muito moço para o Instituto Rio Branco e, feito diplomata, fui designado para fazer um estágio nas Nações Unidas. As instruções que chegavam, com respeito à Guerra Fria, eram sempre assim: votar com a delegação dos Estados Unidos contra a postura da União Soviética; votar com a orientação da França na questão da Argélia. Qualquer assunto referente a Angola, votar com Portugal. Quase que instintivamente comecei a ficar contra isso.

CC: Um alinhamento automático.

AA: Isso. Eu, psicologicamente, não me alinho automaticamente com ninguém. Só com Deus. Mas por razões bem diferentes. Meu pai não teve tempo para consolidar o que pretendia. O Jânio (Quadros) não chegou a completar sete meses de governo. O San Tiago teve um pouco mais de tempo. Foi ele quem deu esse título de Política Externa Independente.

CC: No caso do ministro Afonso Arinos, quais decisões marcam a política externa na gestão dele?

AA: Uma delas ocorreu quando o embaixador Adolf Berle veio ao Brasil, e meu pai era chanceler. Veio fagueiro, querendo o endosso para invadir

“A política externa com FHC não foi ativa”



Seu País

Cuba. Era isso o que queria. Meu pai foi cordial com ele, mas não abriu a hipótese para ele pedir isso ao longo da conversa. Outro episódio marcante ocorreu em relação a Portugal. O Jânio tinha aquelas posições todas anticolonialistas, mas era muito sujeito a pressões emotivas. Nesse sentido, sofria muita pressão do então presidente português Américo Tomás. Jânio fazia o Itamaraty recuar e se abster em vez de condenar e votar contra o colonialismo. Quem pagou por isso foi o meu amigo Antônio Houaiss, que era representante do Brasil na Comissão de Territórios Não Autônomos da ONU.

CC: Por que ele?

AA: Houaiss, que fez um discurso, usou uma palavra, ao votar na questão de Angola. Disse que tinha orgulho de votar contra a política colonialista portuguesa. Os militares nunca esqueceram isso. Como não tiveram peito de cassar o San Tiago, o Evandro ou o Afonso Arinos, cassaram o Houaiss. O embaixador de Portugal foi cobrar aos militares, depois de 1964, a cabeça do Antônio Houaiss. E deram para ele.

CC: Os militares acabaram com essa diplomacia independente.

AA: Claro. O Juracy (Magalhães) disse aquela frase imortal: "O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil". O Vasco Leitão da Cunha tirou uma foto com chapéu de texano, aquele chapéu de caubói. Isso foi no governo Castelo Branco. Curioso, porque ele foi o mais moderado dos generais-presidentes e, no entanto, na política externa o mais submisso. Isso eu não posso deixar de atribuir à influência do Roberto Campos, o ministro civil mais forte que o Castelo tinha. Eu vou contar uma coisa. Fui, depois, ministro em Washington e tive dois embaixadores excepcionais: Mozart Gurgel Valente e João Augusto de Araújo Castro. Nenhum dos dois jamais usou a palavra "revolução" quando se referiam ao regime militar,

CC: Mas a inflexão conservadora dos militares, na política externa, não acabou no governo Sarney nem no governo Fernando Henrique.

AA: Com Sarney, o alinhamento foi menor. Repare que ele começou a abrir uma política para a África. Digamos que com Fernando Henrique houve uma política cautelosa. Não foi uma



“Castelo Branco foi o mais submisso (na política externa) entre os generais da ditadura”

política externa submissa, mas não posso dizer que foi altiva.

CC: E as ações do governo Lula configuram uma diplomacia independente?

AA: Eu acho que sim. Sem dúvida. Nesse meu livro, eu digo isso. O presidente Lula fez um discurso dando a diretriz da política externa, um pouco antes ou um pouco depois da posse, e eu escrevi que, se ela fosse seguida, a política externa seria subscrita, sem pestanejar, pelos chanceleres Afonso Arinos e San Tiago Dantas.

CC: Certas decisões do Itamaraty têm provocado reações furiosas.

AA: Era de se esperar. Como provocou há 46 anos. As reações foram piores, não é? Meu pai era um perigoso agente de Moscou. O San Tiago, também. O pessoal que era contra, naquela época, não está a favor hoje. São os mesmos meios sociais. São os mesmos interesses econômico-financeiros. São os mesmos.

CC: E há um núcleo no Itamaraty também contra.

AA: A situação é um pouco melhor. Naquela época, os velhos embaixadores simplesmente não compreendiam. Hoje há ainda os conservadores. Eu os compreendo. O Itamaraty não é um lugar onde todo mundo pensa da mesma maneira. É uma casa muito liberal e de muita qualidade profissional.

CC: A Política Externa Independente exige uma dose de antiamericanismo?

AA: Não. O embaixador brasileiro em Washington é pago para manter boas relações com os Estados Unidos. Ele não é pago para ser antiamericano. O que qualquer um de nós pode ter são as maiores reservas contra o governo Bush, o que também se aplica, por exemplo, a Israel. Eu nunca fui anti-semita, mas não posso concordar com o que este governo de Israel está fazendo com os árabes e com os palestinos. Bush agora está de olho no Irã. Na verdade, e sobretudo, de olho no petróleo. Ele não diz nada contra a Arábia, porque controla o petróleo da Arábia. E por que reage contra a Venezuela? Por causa do petróleo. Se não houvesse petróleo, não se incomodaria com Chávez.

CC: Há um conteúdo antiamericanista na política externa do governo Lula?

AA: Não. Há uma preocupação, que acho extremamente saudável, de não parecer submisso. E isso é muito diferente de ser antiamericano. No próprio caso da Bolívia, não há submissão a Evo Morales. O que há é a compreensão com a imensa pobreza do lado de lá. Por que o petróleo é nosso e o gás não é deles?

CC: O esforço do Brasil para conseguir uma cadeira permanente é um erro?

AA: De jeito nenhum. O Brasil entrou e saiu da Liga das Nações com o meu avô, Afrânio de Melo Franco, como representante. Saímos de lá porque o Brasil não foi aceito como membro permanente do Conselho. Essa é a mesma questão de hoje. A grande resistência contra nós é do México e da Argentina. O Brasil de língua portuguesa nunca terá apoio para representar esses países de língua espanhola como membro permanente do Conselho da ONU. Toda a nossa força está na possibilidade de representarmos a América Latina. Isso eles não aceitam. •